



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 13/2023

Período: 22/04/2023 - 28/04/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- 8 de janeiro e crise no GSI I: ex-ministro e servidores do GSI prestaram depoimento
- 2- 8 de janeiro e crise no GSI II: autoridades comentaram as gravações
- 3- 8 de janeiro e crise no GSI III: colunistas comentaram a situação
- 4- 8 de janeiro e crise no GSI IV: vídeos revelam atuação dos militares durante a invasão
- 5- 8 de janeiro e crise no GSI V: Lula exonerou 29 servidores e indicou novo ministro do GSI
- 6- Bolsonaro alegou efeito de medicamentos ao publicar vídeos golpistas
- 7- Presidente do Senado oficializou CPMI do 8 de janeiro
- 8- Comando Militar do Planalto impediu retirada do acampamento no QG do Exército
- 9- Abin enviou alertas a órgãos federais antes dos atos de 08 de janeiro

1- 8 de janeiro e crise no GSI I: ex-ministro e servidores do GSI prestaram depoimento

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, determinou a quebra de sigilo das imagens das câmeras de segurança dos prédios da Praça dos Três Poderes que registraram as invasões do dia 8 de janeiro de 2023 e sua entrega ao STF no prazo de 48 horas. Moraes determinou ainda que o general Marco Edson Gonçalves Dias, ex-ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), explicasse sobre sua atuação no prédio do GSI durante os ataques, dentro do mesmo prazo. Ainda segundo o periódico, Dias prestou seu depoimento à Polícia Federal (PF) no dia 21/04/2023, quando afirmou que não deteve os invasores porque estava realizando um gerenciamento de crise. Segundo o general, o protocolo de segurança previa que os agentes presentes no segundo piso do prédio prendessem os extremistas assim que eles descessem do andar invadido. O ex-ministro disse também que não houve omissão de possíveis filmagens, além de considerar um "absurdo" não ter sido convidado para participar de reuniões da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal que discutiram a proteção da Esplanada dias antes dos recentes ataques. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o general passou cerca de quatro horas prestando seu depoimento no prédio da PF. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a PF também ouviu outros nove militares que atuavam como servidores do GSI, dentre eles um

general, três coronéis, dois tenentes-coronéis, um major e um capitão do Exército, além de um sargento da Aeronáutica. Todos os oficiais negaram omissão ou conivência com os manifestantes e afirmaram não ter recebido alertas sobre o risco de invasão. O periódico ainda destacou que Gonçalves Dias falou em “apagão” de inteligência. Já os outros militares alegaram que, estando em menor número que os manifestantes, não tinham condições de proceder com a prisão deles. Eles também afirmaram que foram surpreendidos pela violência dos protestos. Posteriormente à quebra de sigilo das imagens do circuito interno do Palácio do Planalto e constatação de conversas e cumprimentos entre militares do GSI e invasores, de acordo com *O Estado*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), determinou que o novo ministro interino do GSI, Ricardo Cappelli, realize uma análise detalhada da pasta, com o objetivo de identificar outros possíveis envolvidos na tentativa de golpe ocorrida em 8 de janeiro. Ao *Correio Braziliense*, o deputado distrital, Francisco Domingos dos Santos (PT), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, informou que, além de Gonçalves Dias, serão convocados para depor na CPI os generais Gustavo Dutra de Menezes, então comandante Militar do Planalto, que interveio contra a prisão dos terroristas em frente ao Quartel General do Exército, e Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-ministro chefe do GSI durante o governo de Jair Bolsonaro, atualmente no Partido Liberal (PL). (*Correio Braziliense* - Política - 22/04/23; *Correio Braziliense* - Política - 23/04/23; *Correio Braziliense* - Política - 25/04/23; *Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 22/04/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 22/04/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 22/04/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 23/04/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 28/04/23)

2- 8 de janeiro e crise no GSI II: autoridades comentaram as gravações

Segundo reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), disse que trataria da situação envolvendo o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) na quinta-feira, 27/04/2023. Antes de partir com a sua comitiva para Lisboa, Portugal, o presidente declarou que a crise que se instalou no GSI desde o pedido de demissão do general Marco Edson Gonçalves Dias pressupunha “uma decisão importante” e que, portanto, seria resolvida após seu retorno ao país. Já o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), afirmou, por sua vez, que o militar “fez o correto, que foi pedir demissão”. De maneira similar, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, declarou que a “permanência do ex-chefe do GSI ficou insustentável”. De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, Múcio também defendeu a não extinção do GSI e a manutenção do gabinete nos moldes atuais, enfatizando que o órgão deve estar sob comando de um militar. Integrante da comitiva de Lula que esteve em Lisboa, o ministro da Defesa aproveitou para prestar elogios ao general Gonçalves Dias. Ainda de acordo com o periódico, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado federal Francisco Domingos dos Santos (PT), defendeu que nada mude na condução dos trabalhos da CPI, afirmando que a gestão do presidente Lula ainda havia feito a troca de todos os postos do GSI, enquanto o relator das investigações, deputado distrital João Hermeto de Oliveira Neto

(MDB) apontou os membros do atual governo como responsáveis pelos atos, sob a justificativa de ineficiência durante os ataques. (Correio Braziliense - Política - 23/04/23; Correio Braziliense - Política 25/04/23; Folha de S. Paulo - Política - 22/04/23)

3- 8 de janeiro e crise no GSI III: colunistas comentaram a situação

Após a divulgação das imagens do circuito interno do Palácio do Planalto em 8 de janeiro de 2023, o jornalista José Roberto Guzzo afirmou que “não existe mais um sistema de Justiça no Brasil”. Em sua coluna ao periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista criticou o tratamento dado ao ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Marco Edson Gonçalves Dias, que, apesar de exonerado, segue solto: “ele não deveria estar ‘depondo na PF’ [...] Tinha de estar preso enquanto estiverem presos o secretário e mais 200 acusados”, escreveu Guzzo. O colunista ainda criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) de ter prendido mais de 1.500 pessoas e indiciado mais de mil por incitação ao crime durante os atos relacionados ao 8 de janeiro. No mesmo periódico, o jornalista Marcelo Godoy afirmou que a queda do ex-ministro teve o apoio da primeira-dama Rosângela Lula da Silva, que nutria forte antipatia por ele, o que facilitou a derrubada do general. Ainda segundo o colunista, o fato de o depoimento do ex-ministro revelar que a Secretaria de Segurança do Distrito Federal, comandada pelo ex-ministro da Justiça Anderson Torres, excluiu o Exército e o GSI do plano de segurança do dia 08/01/2023 passou despercebido. A pasta informou o Congresso Nacional e o STF, mas não o Palácio do Planalto. Em coluna publicada no periódico *Correio Braziliense*, o general da reserva Otávio do Rêgo Barros, porta-voz da Presidência da República durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), fez uma analogia com a atual situação política do Brasil a partir de uma palestra proferida por Gilberto Freyre na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em 1948. Ao criticar a “mania de grandeza” e postura de “soldados salvadores” dos militares, Freyre teria afirmado que “civis e militares dispostos ao diálogo e ao entendimento são a maior garantia de que enfrentaremos os desafios do futuro como nação livre e democrática”. O general destacou a atualidade da reflexão, afirmando que “o soldado brasileiro moderno resguarda-se do perigo de extremar-se” e se prepara para cumprir sua função de defesa da soberania nacional, numa relação de harmonia com os civis “sem preponderância, interpenetração sem atritos”. Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari disse que o Exército “evitou tensões” ao impedir operações noturnas na noite do 8 de janeiro em Brasília. Na opinião do colunista, os militares acertaram ao barrar viaturas da Polícia Militar acionadas com o objetivo de desmontar o acampamento em frente ao Quartel-General do Exército. Contudo, ao não ter esclarecido os motivos da decisão, a impressão de que “havia ocorrido uma queda de braço” entre o governo e os generais criou uma “tensão desnecessária”, na qual, segundo Gaspari, “o que poderia ter sido limonada virou limão”. Ainda nessa linha, o economista Joel Pinheiro da Fonseca afirmou que a postura do ex-ministro do GSI e dos demais membros do órgão foi condizente com uma situação de crise, na qual não havia uma força policial capaz de um enfrentamento direto. Para o colunista, a falha do GSI teria sido o despreparo para a invasão do Palácio desde os dias anteriores e, após isso, ter mantido o vídeo sob sigilo. (Correio Braziliense - Política 25/04/23; Folha de S. Paulo -

Política - 23/04/23; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 25/04/23; O Estado de S. Paulo - Política - 23/04/23; O Estado de S. Paulo - Política - 25/04/23)

4- 8 de janeiro e crise no GSI IV: vídeos revelam atuação dos militares durante a invasão

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, os vídeos do circuito interno de segurança da sede do Executivo revelaram que houve um recuo do bloqueio formado por cerca de 20 policiais e militares do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) na entrada principal do Palácio do Planalto, deixando-a desguarnecida por 45 minutos, o que facilitou a entrada dos golpistas durante os ataques de 08 de janeiro de 2023. A situação na entrada do Palácio do Planalto só foi controlada quando o BGP dispersou os vândalos com gás lacrimogêneo, sem necessidade de confronto direto, porém após a depredação do prédio. Ainda de acordo com a *Folha*, os vídeos também revelaram o baixo efetivo de segurança no dia dos ataques. Além da falta de policiais do choque da Polícia Militar do Distrito Federal, o BGP só contava com 36 militares no local no início das invasões. O GSI recebeu reforços do BGP apenas após a depredação do Palácio, tendo sido enviadas duas companhias, com 173 militares, e depois um grupo com outros 120. Não há números confirmados oficialmente pela Polícia Militar do Distrito Federal sobre o efetivo que havia sido empregado na Esplanada dos Ministérios no dia 8 de janeiro. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, os militares do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) que estavam no Palácio do Planalto no dia 08 de janeiro e foram identificados nas imagens participaram da segurança de Jair Bolsonaro em viagens presidenciais. Outros militares também participaram de motocicletas, como é o caso do coronel André Furtado, em 24/02/2022. De acordo com *O Estado*, nas imagens é possível observar com detalhes as interações dos militares com os invasores, oferecendo água, indicando saídas e conversando com eles. Em depoimento, o major do Exército e ex-coordenador de Operações de Segurança Presidencial do GSI, José Eduardo Natale, disse que forneceu garrafas de água para os invasores com a intenção de apaziguar a situação e tentar impedir que avançassem com a destruição. Em sua defesa, ele alegou que estava sozinho e corria risco de ser agredido. (Folha de S. Paulo - Política - 25/04/23; O Estado de S. Paulo - Política - 24/04/23; O Estado de S. Paulo - Política - 27/04/23)

5- 8 de janeiro e crise no GSI V: Lula exonerou 29 servidores e indicou novo ministro do GSI

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), exonerou 29 agentes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) devido aos escândalos decorrentes da quebra de sigilo das imagens do dia 8 de janeiro de 2023, dentre eles 24 oficiais das Forças Armadas e três dos quatro secretários nacionais da pasta. As exonerações foram divulgadas no dia 26/04/2023 pelo ministro interino do órgão, Ricardo Cappelli. Segundo o *Correio Braziliense*, antes da divulgação das novas exonerações, o governo Lula já havia iniciado o processo de renovação, promovendo a troca de 35% dos servidores do GSI, no intuito de desvincular a instituição do bolsonarismo. O general Marcos Antônio Amaro dos Santos foi nomeado pela Presidência da República como novo

ministro-chefe do GSI, substituindo o general Marco Edson Gonçalves Dias, que pediu exoneração em 20/04/2023 após imagens do circuito de segurança do Palácio do Planalto mostrarem que ele circulou pelo terceiro andar do prédio, onde fica o gabinete do presidente, sem repreender os invasores no dia 8 de janeiro. De acordo com os periódicos, o anúncio do general Amaro dos Santos foi acompanhado da decisão do governo federal de manter a estrutura do GSI, formada por militares, e encerrou uma disputa entre alas do governo acerca da composição do órgão. Um grupo composto majoritariamente por membros do PT insistia na escolha de um civil para o cargo; já os ministros da Defesa, José Múcio Monteiro, e da Casa Civil, Rui Costa, sempre entenderam que o gabinete deveria ser comandado por um militar. Para Múcio, “as Forças Armadas estão pacificadas”, não havendo impeditivos para tanto. Os periódicos consideraram que o governo não quis criar uma nova situação de atrito com os militares, orientando a base do governo para não tomar posições que possam atingir generais próximos ao PT. Amaro dos Santos chefiou a Casa Militar no segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) na presidência da República (2015-2016), quando costumava acompanhá-la em passeios de bicicleta. Já no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), do Partido Liberal (PL), foi chefe do Estado-Maior do Exército e comandante militar do Sudeste. (Correio Braziliense - Política - 27/04/23; Correio Braziliense – Política – 28/04/23; Folha de S. Paulo - Política - 27/04/23; O Estado de S. Paulo - Política - 27/04/23; O Estado de S. Paulo – Política – 28/04/23)

6- Bolsonaro alegou efeito de medicamentos ao publicar vídeos golpistas

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), alegou estar sob o efeito de medicamentos quando publicou um vídeo questionando a efetividade das urnas eletrônicas alguns dias após os ataques de 8 de janeiro de 2023. Em depoimento à Polícia Federal (PF), relatado por seus advogados, o ex-presidente defendeu-se dizendo que o vídeo em questão foi postado de forma equivocada em sua página no Facebook, durante o período em que estava internado para tratar uma obstrução intestinal, e que havia feito uso de morfina. De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a defesa de Bolsonaro alegou que ele teria recebido o vídeo de terceiros e tinha a intenção de salvá-lo para assistir posteriormente, e nesse processo o vídeo teria sido erroneamente divulgado. O ex-presidente alegou ainda que, após ser alertado, a postagem foi retirada. Ainda segundo o *Correio*, Bolsonaro acumula diversas declarações golpistas em seu histórico, entre elas a de que não aceitaria o resultado das urnas, sobretudo após o resultado das eleições de 2022. O discurso inflamado após a perda das eleições teria o intuito de enfraquecer as estruturas democráticas brasileiras. O depoimento do ex-presidente ocorreu no âmbito das investigações da PF que buscam identificar os “intelectuais” que estruturam o núcleo político-ideológico dos ataques à sede dos três Poderes. Por fim, Bolsonaro se colocou à disposição para prestar depoimentos na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os acontecimentos do dia 8 de janeiro. (Correio Braziliense - Política - 27/04/23; Folha de S. Paulo - Política - 27/04/23; O Estado de S. Paulo - Política - 27/04/23)

7- Presidente do Senado oficializou CPMI do 8 de janeiro

Segundo reportagem do *Correio Braziliense*, o requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), feito pelo presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com o intuito de investigar os atos golpistas do dia 8 de janeiro de 2023, foi lido em sessão do Congresso Nacional em 26/04/2023 e deve ser efetivamente instaurada após o feriado do dia 1º de maio. Segundo a reportagem, os membros do colegiado são definidos a partir “da proporcionalidade de bancadas de blocos e partidos ou por acordo”. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o atual governo possui o apoio de deputados e senadores, entretanto, a maior dificuldade enfrentada será a conquista de votos na Câmara dos Deputados. Outrossim, a reportagem ainda reiterou que a CPMI possui como consequência a dependência do governo Lula com o atual presidente da Câmara, Arthur Lira. Entre os nomes cotados para presidir a Comissão estão os deputados federais Arthur Maia (União Brasil-BA) e André Fufuca (PP-MA). Já no Senado, os principais nomes são Renan Calheiros (PMDB-AL) e Omar Aziz (PSD-AM). Após o feriado do dia 1º de maio, os líderes dos partidos devem indicar os integrantes da CPMI. Segundo reportagens, o atual governo estaria conseguindo articular de forma que, com a divisão interna entre os partidos, poderá ter 10 ou 11 aliados, entre Câmara e Senado, durante a composição da CPMI. De acordo com Pacheco, só será definido qual Casa vai estar responsável pela relatoria e presidência da comissão após a indicação dos membros. O cargo de relator é o mais cobiçado pela Câmara e pelo Senado. Segundo o *Correio Braziliense*, a oposição na Câmara já possuiria noção de quem será indicado. Nas três vagas do Partido Liberal na Câmara, os nomes citados foram Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Alexandre Ramagem (PL-RJ) e André Fernandes (PL-CE), e no Senado seriam indicados Magno Malta (PL-ES) e Jorge Seif (PL-SC). Sobre a CPMI, o jornalista Demétrio Magnoli, em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, afirmou que se trata de uma oportunidade para o Congresso provar à nação que tem uma maioria comprometida com as instituições democráticas. Para o colunista, a CPMI deverá expor duas versões: a primeira, da organização política, “à luz do dia”, de um movimento cujo objetivo era a derrubada do sistema democrático, incluindo os discursos do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), em favor da Ditadura Militar (1964-1985), os apelos à intervenção do Exército, as ameaças ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 07/09/2021 e a campanha de desinformação sobre as urnas eletrônicas; a segunda versão é a da “articulação subterrânea de complôs golpistas pelo círculo interno do bolsonarismo”, incluindo a demissão do ministro da Defesa Fernando Azevedo e dos três comandantes militares em 30/03/2021, o relatório do Ministério da Defesa que sugeria suspeitas sobre as urnas eletrônicas em novembro de 2022 e a minuta de golpe apreendida com o ex-ministro da Justiça Anderson Torres. Também sobre a CPMI, a jornalista Eliane Cantanhêde afirmou, em coluna para *O Estado de S. Paulo*, que será mais difícil para a oposição bolsonarista transformar o presidente Lula em culpado pela invasão aos prédios dos Três Poderes do que para a base governista aprofundar culpas e responsabilidades dos bolsonaristas, do antigo governo e do próprio ex-presidente Bolsonaro. Segundo a colunista, “os fatos remetem à história militar e política de Jair Bolsonaro”, seus atos, falas, manifestações e às provocações de seus filhos, ministros e aliados. Citando editorial do próprio *O Estado*, a jornalista pontuou que “sem Bolsonaro, não haveria o 8 de janeiro”, e que a CPMI terá como personagens-chave os generais

bolsonaristas, como Walter Souza Braga Netto, Augusto Heleno Ribeiro Pereira e Luiz Eduardo Ramos. (Correio Braziliense - Política - 27/04/23; Folha de S. Paulo – Política – 28/04/23; O Estado de S. Paulo - Política - 27/04/23; O Estado de S. Paulo – Política – 28/04/23)

8- Comando Militar do Planalto impediu retirada do acampamento no QG do Exército

De acordo com o *Correio Braziliense*, a coronel da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e subsecretária de Operações da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Distrito Federal (DF), Cíntia Queiroz, depôs em 27/04/2023 à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos, na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que investiga a participação de servidores públicos nos atos golpistas de 08 de janeiro de 2023. Na pasta há dois anos, a oficial disse que a SSP tentou por três vezes desmontar o acampamento de bolsonaristas em frente ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano (SMU) em Brasília, que serviu de base para os manifestantes e refúgio na noite após os atos golpistas, mas foi impedida pelo Comando Militar do Planalto (CMP). Segundo a depoente, o CMP informava que as operações do governo do DF dentro do SMU poderiam apenas realizar a retirada de comerciantes ambulantes irregulares. Após a intervenção do CMP, as operações foram sempre canceladas. Além disso, de acordo com o periódico, Queiroz foi responsável pela elaboração do Protocolo de Ações Integradas (PAI), que estabeleceu o planejamento de segurança para o fim de semana do dia 08/01/2023, mas a execução do que foi planejado, segundo a depoente, não ocorreu como deveria pelos órgãos operacionais. De acordo com a oficial, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), então chefiado pelo general Marco Edson Gonçalves Dias, e a Câmara dos Deputados não participaram da elaboração do PAI, porque não atenderam aos chamados. (Correio Braziliense – Cidades – 28/04/23)

9- Abin enviou alertas a órgãos federais antes dos atos de 08 de janeiro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, documentos enviados pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional mostram que a agência enviou alertas sobre a possibilidade de ações violentas e invasão a prédios públicos a órgãos e autoridades federais desde 06/01/2023. Em 08/01/2023, os prédios do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto, sede da Presidência da República, foram invadidos por manifestantes com resistência insuficiente das forças de segurança. Segundo o periódico, 14 órgãos receberam os alertas, incluindo o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), à época sob comando do general Marco Edson Gonçalves Dias, o Centro de Inteligência do Exército, o Centro de Inteligência da Marinha, a Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesa, além de órgãos subordinados ao governo do Distrito Federal. De acordo com o periódico, o relatório é um compilado de mensagens distribuídas pelo aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp, em grupos ou individualmente, a órgãos e autoridades, entre 2 e 8 de janeiro de 2023. Em depoimento à Polícia Federal (PF), o general Gonçalves Dias negou ter recebido relatórios da Abin e disse que só soube dos

alertas depois de 08/01/2023. O periódico também lembrou que em sua primeira entrevista após o episódio, para a emissora GloboNews, em janeiro, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também criticou a falta de informações de inteligência, citando o GSI, a Abin, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica: “nenhuma dessas inteligências serviu para avisar ao presidente da República que poderia ter acontecido isso”. (Folha de S. Paulo – Política – 28/04/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasião Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Giovani Nunes Aguar

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Manuela de Jesus Brasil

Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar